



## A DEFESA DO ÓCIO

*Karina Pionoski Rocha da Silva*<sup>1</sup>

A proposta deste trabalho é discorrer a respeito da obra “Sobre o ócio” de Sêneca, onde o filósofo reflete sobre a importância da retidão para o exercício da contemplação filosófica vinculada à ação. O pensamento senequiano compreende a filosofia como um exercício prático da virtude, em que o homem, a partir da interiorização da filosofia, alcança o aprimoramento moral e intelectual.

Sêneca foi um filósofo hispânico que viveu entre 4 a.C - 65 d.C. Considerado um dos maiores pensadores latinos, teve a influência do estoicismo e do epicurismo, embora tenha interpretado as máximas epicuristas através de uma ótica estoica. A exemplo disso estão as epístolas morais a Lucílio, cujo propósito era orientar seu discípulo para um modo de vida atrelado ao discurso filosófico a partir de uma análise estoica dos princípios de Epicuro.

Um dos mais ilustres discípulos de Sêneca foi Lucílio, que recebia cartas de orientação moral, onde o mestre orientava para o abandono das atividades públicas e o repouso para a contemplação filosófica. Afinal, para Sêneca só o tempo realmente nos pertence. A morte pode chegar a qualquer momento, então, como diz o filósofo: “apressa-te quando puderes, para mais tempo ter se dado usufruir de um espírito correcto e equilibrado” (SÊNECA, 2004, p.7).

O bom uso do tempo é fundamental para a atividade reflexiva, uma vez

---

<sup>1</sup> Graduanda em filosofia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.

que para pensar filosoficamente exige-se uma constante atividade de contemplação ligada à ação. Para Sêneca, assim como para a maioria dos pensadores antigos, filosofia é modo de vida.

Em primeiro lugar, ao menos desde Sócrates, a opção por um modo de vida não se situa no fim do processo da atividade filosófica, como uma espécie de apêndice acessório, mas, bem ao contrário, na origem, em uma complexa interação entre a reação crítica a outras atitudes existenciais, a visão global de certa maneira de viver e de ver o mundo, e a própria decisão voluntária; e essa opção determina até certo ponto a doutrina e o modo de ensino dessa doutrina (HADOT, 2017, p.17).

A opção por um modo de vida para os antigos não acontece como causa final, mas ao mesmo tempo em que há um discurso filosófico, visto que este é o meio e a expressão de um modo de vida teórico, ou seja, contemplativo. Para Sêneca, o ócio é fundamental para esse processo árduo da atividade contemplativa, pois abarca exercícios espirituais cuja finalidade é o aprimoramento moral do homem.

Com base nisso, pode-se compreender os exercícios espirituais como

práticas, que podem ser de ordem física, como o regime alimentar; discursiva, como o diálogo e a meditação; ou intuitiva, como a contemplação, mas que são todas destinadas a operar modificações e transformações no sujeito que as pratica (HADOT, 2017, p. 21).

Em “Sobre o ócio”, Sêneca defende a vida retirada como indispensável para a contemplação e o para o aprimoramento moral. Para obter êxito na correção do espírito e tornar contínuo o exercício da virtude, Sêneca recomenda o distanciamento das atribuições públicas como condição necessária para que a virtude se torne um hábito e seja resistente aos vícios que acompanham o homem onde quer que ele esteja.

Sêneca fora guiado desde a sua juventude pelos princípios estoicos. Um dos princípios da escola era o exercício da atividade política. Zenão recomendava aos seus discípulos o exercício da vida pública em benefício do bem comum. Em

contrapartida, Sêneca via a vida pública como um encargo, pois não há república de fato pública, o exercício político, além de ser restrito a poucos, está também corrompido pelos vícios humanos.

Segundo Sêneca, os estoicos compreendiam o exercício político como demasiado importante, uma vez que pensavam que o maior bem consistia em servir ao maior número de pessoas. Ao contrário dos estoicos, os epicuristas recomendavam o distanciamento das atividades públicas. Entretanto, as duas escolas levavam ao ócio, ‘uma buscava o ócio por princípio; a outra, por uma causa.’ Os estoicos recomendavam o ócio caso a república estivesse tão corrompida que nada poderia ser feito para a sua regeneração. Os epicuristas, no entanto, recomendavam o exercício político se e somente se houvesse uma circunstância considerável.

Desse modo, Sêneca não abandonou os seus ao pressupor a necessidade de uma vida retirada para o exercício da filosofia. Ao contrário, estava de acordo com o pensamento estoico e, mesmo que quisesse contrariar as máximas, não poderia, visto que um indivíduo pode desde muito cedo dedicar-se à contemplação e à busca pela verdade, e na sua velhice instruir os outros, pois assim estaria servindo aos demais.

Isso seguramente se exige do homem: que seja útil a homens. Se possível a muitos; quando não, a poucos; quando não aos parentes; quando não, a si. Pois, quando se faz útil aos demais, ele serve ao interesse geral. Assim, pois, quem se corrompe não prejudica somente a si, mas também a todos aqueles aos quais, em se aperfeiçoando, teria podido ser útil; inversamente, quem que se porte bem em relação a si é útil a outros pelo fato mesmo de preparar-se ele a ser-lhes útil (SÊNECA, 1994, p.83).

Se a república estiver tão corrompida e tomada pela maldade, que benefício o sábio poderia despertar? Isso implicaria, segundo Sêneca, ao não realizável. Não haveria resultado algum se dedicasse tempo para exercer cargo público mediante essa condição.

De outra forma, se o indivíduo tivesse pouca força e autoridade, a própria república o rejeitaria devido à saúde frágil. Ou, se possuísse força e boa saúde,

poderia procurar preservar a sua integridade dedicando-se às artes nobres, vivendo em ócio justificado, sem procurar pelos problemas das funções públicas.

Da mesma maneira que se pode beneficiar os outros através de um trabalho comunitário, degenerar a si mesmo prejudicaria a si e aos demais, pois assim não poderia prestar auxílio aos outros. Dedicar uma vida ao ócio justificado, aprimorando a si mesmo, poderia ser benéfico aos demais no futuro.

Quanto à república, Sêneca propõe a existência de duas repúblicas. A primeira é a república dos deuses e dos homens, uma grande e verdadeiramente pública, onde todos poderiam exercer seus deveres e direitos políticos sem correr o risco de serem submetidos aos vícios e à degeneração moral. E a segunda é a dos atenienses ou qualquer outra que não pertença a todos os homens.

Segundo Sêneca, o homem poderia servir à república dos deuses e homens no ócio, uma vez que as preocupações seriam: O que é a virtude? É a experiência ou a natureza que forma o caráter do homem? O mundo é eterno ou temporário? Essa república abraçaria a filosofia, e nela haveria a compreensão de que a natureza

nos deu espírito curioso e cômico de sua arte e beleza, gerou-nos espectadores de tão grandes espetáculos das coisas. Em vão teria ela trabalhado, se expusesse à solidão essas obras tão grandes, tão claras, tão sutilmente conduzidas, tão nítidas e de variada beleza (SÊNECA, 1994, p.85).

O homem invade os limites do céu em busca de respostas para suas questões, pois busca aquilo que não está ao seu alcance. Diante da imensidão de questões quando procura saciar a necessidade de conhecimento que tem dentro de si, medita acerca da existência, sobre a melhor forma de conduzir a vida e ser feliz. O homem, isto é, o curioso, surge no mundo e busca pela verdade, quiçá uma resposta para tantas perguntas. Mediante a sua efemeridade, a natureza cobra tanto a ação quanto a contemplação, pois “a natureza nos gerou a um e outro, tanto para a contemplação das coisas como para a ação” (SÊNECA, 1994, p.85).

A virtude se prova em obras, ela não aparece apenas na contemplação. Por isso, é importante entregar-se a uma vida dedicada aos exercícios espirituais que procuram efetivar, de fato, o hábito da virtude. O ócio pode conduzir o homem a esse modo de vida, uma vez que em retidão o homem também produz atos que serão benéficos a toda a humanidade. O propósito do sábio não é ficar recluso em uma inação, pois inação é preguiça e o ócio não pode conduzir o sábio a uma vida negligente.

Enfim, qual república acolheria melhor o sábio, aquela onde Sócrates foi perseguido e morto e Aristóteles quase teve o mesmo fim, ou a república pública, onde deuses e homens vivem?

Na primeira a inveja persegue a virtude, isto é, Sócrates foi morto por se recusar a viver uma vida mal vivida, enquanto na segunda se vive conforme os vícios, e nem todos exercem deveres e direitos políticos. “E se não se encontra aquela república que concebemos para nós, o ócio começa a ser necessário para todos, porque a única coisa que se poderia preferir ao ócio não existe em parte alguma” (SÊNECA, 1994, p. 93).

Conclui-se, portanto, que não havendo uma república à altura do sábio, o que lhe cabe é a retidão, uma vez que a vida comum não pode ser proveitosa para a vida contemplativa e prática no seu sentido filosófico. O tempo é demasiado valioso e a vida política não pode garantir ao homem disposição para o exercício das reflexões filosóficas vinculadas à prática, sendo tais indispensáveis para tornar a virtude resistente aos vícios.

## REFERÊNCIAS

HADOT, P. *O que é filosofia antiga?* Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

SÊNECA, L, A. *Sobre o ócio*. Trad. José Rodrigues Seabra Filho, São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

SÊNECA, L, A. *Cartas a Lucílio*. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

VEYNE, P, M. *Sêneca e o estoicismo*. Trad. André Telles. São Paulo: Três

Estrelas, 2015.